

# Reforma, Crise e Revolução em André Gorz

HENRIQUE AMORIM\*

A leitura da obra de André Gorz não é uma tarefa simples. Um comentário exaustivo da obra de Gorz deveria passar por seus primeiros textos de influência marcadamente sartriana, realizar uma análise dos artigos em revistas e jornais franceses e de outros países, resgatando em conjunto o principal objeto de sua análise depois dos anos 1960: o trabalho. No entanto, nesse comentário da obra de Gorz proponho-me a algo mais limitado que isto. Parto, dessa forma, da seguinte proposição: é possível relacionar o movimento de crise e recuperação do pensamento marxista vividos nos últimos quase quarenta anos com base nas teses desenvolvidas pelo autor em questão. Nesse sentido, em vez de realizarmos uma varre-

dura comentada de sua obra destacando contradições, ambivalências, acertos e virtudes, nos ateremos ao comentário de três dos seus livros.

O primeiro deles é *Estratégia operária e neocapitalismo*<sup>1</sup>, texto que dá início à análise dos processos de trabalho em um contexto de forte politização da luta social na França, que acabou por dar base às teses da constituição do sujeito revolucionário ao relacioná-lo às suas qualificações profissionais. O segundo, e talvez mais conhecido de seus escritos, é *Adeus ao proletariado – Para além do socialismo*<sup>2</sup>. Aparentemente fundado em uma nova problemática em relação a seus textos anteriores, a publicação desse livro fez com que intelectuais de esquerda revissem suas teses acerca das

\* Pós-doutorando em Sociologia do IFCH/Unicamp. henriqueamorim@hotmail.com

<sup>1</sup> André Gorz, *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968; 1ª edição de 1964.

<sup>2</sup> André Gorz, *Adeus ao proletariado – Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987; 1ª edição de 1981.

formas de organização da luta revolucionária socialista, pois questionava o trabalho como atividade central e positiva nas sociedades capitalistas. A terceira obra de Gorz, e mais recente, é *O imaterial: conhecimento, valor e capital*<sup>3</sup>. Com base na análise das novas formas de exploração do trabalho, o autor aborda criticamente teses caras ao marxismo, como, por exemplo, a questão da ampliação do tempo livre e da constituição da crítica e superação do capitalismo. A revolução e a superação do capitalismo são, com isso, reconsideradas depois de um breve período de resignação ao capitalismo caracterizado em *Adeus ao proletariado*. No entanto, em todos os três momentos aqui considerados, deve-se destacar que o fundamento de suas teses está ancorado em uma leitura economicista do desenvolvimento das forças produtivas, partindo da associação, em certos momentos direta, em outros, indireta, entre a qualificação técnica do coletivo de trabalhadores e as possibilidades de efetivação de uma luta anticapitalista<sup>4</sup>.

Com base nesse percurso, podemos anunciar nossa segunda proposição: Gorz jamais alterou sua problemática central, isto é, apesar de em *Adeus ao proletariado* haver um distanciamento em relação às teses marxistas dominantes, não houve uma ruptura com a base de suas análises precedentes. É, assim, possível indicar uma mudança teórica da obra de Gorz com base nessas três obras acima indicadas, mas não uma ruptura com os pressupostos que, ao longo dos anos que envolvem a escrita desses textos, informam suas teses. Nesse sentido, *Estratégia operária e neocapitalismo*, *Adeus ao trabalho* e *O imaterial* demonstram variações teórico-conceituais e, ao mesmo tempo, os limites da análise de Gorz quanto ao quadro de transformação do trabalho e da produção de mercadorias entre os anos de 1964-2003, mas nunca uma ruptura com os pressupostos que alicerçaram sua perspectiva, a saber: o peso dado ao desenvolvimento das forças produtivas como elemento determinante para a constituição de uma luta de resistência ou resignação ao capitalismo.

<sup>3</sup> André Gorz, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005; 1ª edição de 2003.

<sup>4</sup> É importante lembrar que Braverman, já na década de 1970, indicava as inconsistências das teses que se pautavam na constituição de uma consciência política revolucionária vis-à-vis o desenvolvimento progressivo das qualificações técnicas dos trabalhadores. Cf. Harry Braverman, *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. Desenvolvo a questão da determinação direta entre a transformação da estrutura social e o desenvolvimento das forças produtivas em Gorz em: "Continuidades e rupturas teóricas em André Gorz: classe social, trabalho e qualificação profissional". In: Josué Pereira da Silva & Iram Jácome Rodrigues (orgs.), *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006.

## Diálogo crítico com o marxismo

Em *Estratégia operária e neocapitalismo*, a reapropriação dos saberes e do controle dos processos de trabalho é considerada a forma central de *desalienação* do trabalhador coletivo. A política da classe trabalhadora deveria, para Gorz, ser constituída com base em um processo de “reformas não-reformistas”<sup>5</sup> e em uma “estratégia da mão suja”<sup>6</sup> levados a cabo pelos operários tecno-científicos, únicos capazes de garantir a construção da base material necessária para uma resistência anticapitalista<sup>7</sup>. Há nessa premissa uma tentativa de recuperação de um ideal de trabalhador com controle sobre os processos de trabalho: “(...) tudo se passa como se fosse possível reencontrar a substância perdida do ofício através da emergência de uma nova classe operária pós-taylorista”<sup>8</sup>.

A temática da humanização das funções produtivas acompanha o autor

e estabelece a continuidade de sua perspectiva mesmo no caso de *Adeus ao proletariado*, em que tal temática é desenvolvida em chave contrária. Na prática, a diferença de Gorz dos anos 60 para aquele dos 80, quando da publicação de *Adeus ao proletariado*, funda-se em uma “tomada de consciência” do autor em relação à impossibilidade de humanização dos processos de trabalho<sup>9</sup>.

Se em *Estratégia operária*, a problematização da reorganização do poder político operário relacionada à força das categorias profissionais de cunho tecno-científico é central, em *Adeus ao proletariado* essa questão é superada, já que “quaisquer que sejam os esforços dedicados para humanizá-la, ela permanecerá no essencial uma atividade especializada. (...) A humanização do trabalho encontra, portanto, um limite ontológico”<sup>10</sup>.

A capacidade político-organizativa atribuída aos operários tecno-científicos

<sup>5</sup> André Gorz, *Estratégia operária e neocapitalismo*, op. cit., pp. 09-25 e 127-132.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, pp. 55-56.

<sup>7</sup> Trabalho mais detalhadamente essa questão em: *Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.

<sup>8</sup> Antoine Artous, *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*. Paris: Syllepse, 2003, p. 20.

<sup>9</sup> Vale dizer que não é possível identificar na obra de Marx a necessidade de retorno ao trabalhador de ofício. A questão concentra-se muito mais nas formas de controle e direção do processo de produção como um todo. “Nas passagens dos *Grundrisse* e do livro 3 do *Capital* onde [Marx] pensa a emancipação através da dialética do tempo de trabalho e do tempo livre. (...) Não se trata de opor ao trabalho, dominado pelo capital, um modelo artesanal de trabalho, mas de controlar coletivamente um processo de produção funcionando como ‘combinação da atividade social’”. Antoine Artous, *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*, op. cit., pp. 20-22 – grifos do autor. Nesse sentido, Gorz reconstrói uma argumentação específica ao marxismo da segunda metade do século XX, e não o daquele desenvolvido por Marx no século XIX.

<sup>10</sup> Pascal Nicolas-Le-Strat, “Travail e constitution du sens à propos d’André Gorz”. In: *Futur Antérieur*, n<sup>o</sup> 35-36, 1996/2, pp. 102-103.

e sua decorrente tomada de consciência política ao final dos anos 60 davam fundamento, por um lado, à tese da *humanização* da produção, mas, por outro, tornavam claras as contradições do ideário do progresso técnico. O operário politécnico, *não mais embrutecido pela alienação*, foi, por fim, relacionado à figura do mestre artesão. Assim, com "(...) a recomposição das tarefas e um retorno ao trabalho pleno, requalificando de alguma maneira o trabalho da classe operária, ela reencontraria assim sua substância perdida, em razão disso, o domínio de seu trabalho"<sup>11</sup>.

A classe operária, pressuposta a partir dessa compreensão tecnicista da aquisição de novos conhecimentos, estaria capacitada a organizar ativamente o processo de trabalho e a exercer uma multiplicidade de tarefas operacionais. Esse conjunto de saberes criaria no coletivo de trabalhadores uma ação política reivindicativa contrária aos preceitos do lucro capitalista que acabaria por influenciar a classe trabalhadora como um todo. Dessa forma, a luta anticapitalista e o compromisso com o ideário do progresso tecno-científico, motor do desenvolvimento econômico capitalista, estabeleceriam uma curiosa aliança.

Essa compreensão do avanço das forças produtivas e do desenvolvimento econômico com base na transformação do aparato técnico e tecnológico nos convida a uma leitura determinista da

história. A luta anticapitalista estaria, assim, alicerçada na formação técnica do operariado, o que permitiria a elevação de uma consciência político-revolucionária, de um sujeito histórico que, à medida que reconstrói seus conteúdos cognitivos, isto é, que se qualifica para "melhor servir", desenvolve, ao mesmo tempo, uma política contrária aos imperativos técnicos de sua condição profissional. Combinam-se elementos analíticos e políticos opostos. Aceitar a inevitabilidade do desenvolvimento das forças produtivas ao final da década de 1960 e começo de 1970, caracterizando-a como motor da elevação política e ideológica do operariado a sujeito revolucionário, equivale a promover o neocapitalismo à condição de ante-sala do socialismo. A política revolucionária viria, nestes termos, não da crítica e organização de um movimento diretamente contrário ao Estado e às organizações burguesas, mas sim de uma adesão à lógica do capital, que, finalmente, acabaria por indicar a tese da passagem lenta e gradual ao socialismo. Essa concepção teve, nos anos 90, desdobramentos quanto às indicações que caracterizam o "nascimento" do socialismo nos interstícios da sociedade capitalista<sup>12</sup>.

Vinculada à idéia de um trabalhador pleno, situado no passado e portador de uma consciência política advinda de seu posto de trabalho, esta perspectiva pretendia indicar a necessidade de

<sup>11</sup> Antoine Artous, *Travail et Émancipation Sociales: Marx et le Travail*, op. cit., p. 20.

<sup>12</sup> André Gorz, *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 09.

reapropriação do controle dos processos de trabalho e acomodar os interesses da classe trabalhadora ao contexto da automação. Em par com a recuperação da consciência política plena, caracterizada pelo domínio em relação ao processo de trabalho, a tese do primado das forças produtivas como motor da história cumpria, portanto, seu papel ideológico. A formação de uma política de resistência ao capitalismo estaria fundada no avanço da técnica e da ciência.

O desdobramento dessa perspectiva invade a literatura marxista e mesmo aquela que dialoga com ela. Suas marcas estão presentes até nossos dias. A luta política e, sobretudo, a preocupação com a luta de classes como forma central de radicalização dos embates corporativos acabaram sendo relegadas a segundo plano e se subordinaram ao movimento ininterrupto e incontrolável de expansão econômico-financeira do capital no contexto das sociedades contemporâneas. As teses que dão sustentação às indicações nos anos 80 à não-centralidade do trabalho (desenvolvidas em *Adeus ao proletariado*) e nos anos 90 e 2000 ao trabalho imaterial como força produtiva central (desenvolvidas, sobretudo, em *O imaterial*), continuam a afirmar o primado das forças produtivas. Aparentemente, a negação do paradigma produtivo invalidaria também o determinismo que fundamenta tal primado. No entanto, trata-se apenas de uma aparência necessária que possibilita a negação, por exemplo, da teoria do valor de Marx,

da teoria das classes, da luta de classes, constituindo-se uma análise que procurou indicar, por exemplo, o caráter inapreensível, indeterminado e imensurável da produção capitalista. A relativização absoluta da materialidade social, portanto, é construída como fundamento crítico do marxismo posterior aos anos 70.

Em *Adeus ao proletariado*, Gorz abre o debate sobre o fim das classes sociais, sobre as novas formas de representação política dos trabalhadores e acaba por romper com as teses vinculadas à perspectiva revolucionária da história. Apresenta-se, com isso, um novo tipo de trabalhador, mais adequado aos interesses econômicos e políticos dominantes, como síntese das novas formas do embate capital e trabalho. O movimento, intrínseco ao processo de valorização do capital, de redução do tempo de trabalho necessário teria caracterizado este horizonte e adequar-se politicamente a ele seria a estratégia mais viável à classe trabalhadora naquele momento. Suas utopias revolucionárias foram, com isso, caracterizadas como ultrapassadas perante o caráter insuperável da racionalidade econômica capitalista. Caracteriza-se, nestes termos, uma leitura resignada à lógica de reprodução das sociedades capitalistas. A estratégia política ver-se-ia presa a como enfrentar o capitalismo sem poder destruí-lo.

Contudo, *Adeus ao proletariado* pode ser considerado um livro de inflexão teórica do autor. Uma tentativa de ir além de um tipo de visão

libertária oriunda dos partidos comunistas oficiais que o haviam influenciado até os anos 1970. Gorz, na verdade, desloca teoricamente a perspectiva que alicerçava seus escritos anteriores. Há um acerto de contas com a posição hegemônica dos partidos comunistas, mas, sobretudo, com a que ele mesmo, Gorz, havia desenvolvido. Nesse sentido, ao criticar o industrialismo, acabou por reduzir a luta da classe trabalhadora à do operariado tradicional, que parecia, naquele momento, diminuir em quantidade nos países de economia avançada. Na década de 1960, o antagonismo entre forças produtivas e relações de produção projeta a mudança, a necessidade de resistência ao capitalismo. Nos anos 80, esse mesmo antagonismo situa uma política de resignação à estrutura econômica capitalista. Em um e outro momento, no entanto, o que faz indicar uma ou outra saída é sempre o desenvolvimento das forças produtivas como fator isolado da construção da base material existente. Dessa maneira, a contradição, outrora fatal, entre forças produtivas e relações de produção não seria mais, ela mesma, en-

tendida como uma ameaça ao capitalismo. Na verdade, é ela quem faz conservar, mesmo dentro das contradições presentes, a lógica do capital. O capital teria, então, criado um mecanismo de reprodução social indestrutível<sup>13</sup>.

Em *O imaterial*, essa afirmação é retomada sob um novo cenário social. O caráter cognitivo das qualificações profissionais presentes nas mercadorias as desvincularia, agora como produtos comuns, da lógica restrita da valorização do capital por tempo de trabalho utilizado, formando "(...) uma autêntica economia do conhecimento [que] corresponderia a um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias e as de troca"<sup>14</sup>. As formas tradicionais de geração do valor, ou seja, aquelas provindas da indústria e, em especial, naturais do trabalho imediato seriam superadas por aquelas dos setores administrativos e de serviço. Haveria, segundo Gorz, uma ruptura entre o "tempo de trabalho" e o "tempo da vida"<sup>15</sup>. A necessidade do trabalho nas sociedades capitalistas estaria separada da vida do trabalhador. Sua produção (do trabalhador) seria inde-

<sup>13</sup> "Nunca o capitalismo foi tão pouco capaz de resolver os problemas que engendra. Mas essa incapacidade não lhe é fatal: ele adquiriu a faculdade, pouco estudada e mal compreendida, de dominar a não-solução de seus problemas; sabe sobreviver a seu mau funcionamento. Chega mesmo a tirar dele uma nova força: porque seus problemas não-solúveis o são intrinsecamente". André Gorz, *Adeus ao proletariado — Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 25.

<sup>14</sup> André Gorz, *O imaterial*, op. cit., p. 10.

<sup>15</sup> André Gorz, *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988, p. 36

pendente de sua subjetividade<sup>16</sup>. Os conteúdos dos trabalhos imateriais, nesse sentido, carregariam em si a transformação da sociedade como um todo; seriam portadores do futuro, de uma sociedade comunista<sup>17</sup>. A relação direta, por exemplo, com a informação somente conseguiria adquirir valor no momento em que fosse, pelo trabalhador imaterial, reformulada, reorganizada. Dessa forma, o capital teria criado um problema sem solução. Ele passou, outra vez – como nos tempos dos mestres de ofício –, a depender do trabalhador, do saber-fazer do trabalhador. O problema se colocaria hoje nos termos de uma dependência do capital em relação aos trabalhos imateriais. O capital não poderia mais controlar os trabalhos imateriais, já que estes seriam “livres por natureza”.

### **Forças produtivas e humanização das relações de produção**

As teses de Gorz sobre a não-centralidade do trabalho e sobre o trabalho imaterial como força produtiva central hoje indicam, assim, um amadurecimento de antigas formulações teóricas relacionadas à transformação do operariado tecno-científico para o poli-

valente. Esse amadurecimento produz uma inflexão, não de uma concepção histórica sobre as transformações no e do trabalho, mas sim de um sujeito histórico ideal de trabalhador politicamente homogêneo definido com base em uma condição supostamente autônoma frente aos processos de valorização e acumulação de capital. Tal sujeito histórico é apreendido com base nas capacidades técnicas que pode adquirir dentro e fora de seu posto de trabalho. A formação desse sujeito, em ambos os casos, está pressuposta por sua autonomização frente ao processo de valorização do capital.

O problema situa-se no fato de que a subjetividade requerida por Gorz é fruto das qualificações técnicas que o capital exige do trabalhador no processo de produção. A aquisição, seja no caso do operariado tecno-científico, seja no caso do trabalhador cognitivo, é apreendida em separado da luta política dentro ou fora das empresas. A correlação de forças políticas entre a classe trabalhadora e a capitalista em suas respectivas formações sociais, o embate pautado sobre a luta pela repartição da renda, o grau de representatividade política institucional, a formação de partidos

<sup>16</sup> “(...) O trabalho concreto só pode ser transformado naquilo que Marx chamaria de ‘trabalho abstrato’, fazendo nascer no lugar do operário-produtor o operário-consumidor: quer dizer, o indivíduo social que não produz nada do que consome e não consome nada do que produz; para quem o objetivo essencial do trabalho é ganhar o necessário para comprar as mercadorias produzidas e definidas pela máquina social em seu conjunto.” André Gorz, *Métamorphoses du Travail*, op. cit., p. 36.

<sup>17</sup> Discuto esse tema mais diretamente em: “Trabalho imaterial, forças produtivas e transição nos *Grundrisse* de Karl Marx”. *Crítica Marxista*, nº 25, 2007.

políticos oriundos do movimento operário ou de sindicatos são colocados em um plano analítico inferior frente à faculdade dos conhecimentos técnicos que estruturam a formação do trabalhador para o trabalho.

Gorz, portanto, desenvolve desde 1964 desdobramentos teóricos característicos de um mesmo problema: como humanizar as relações sociais de produção capitalistas. Nos anos 60 e 90-2000 essa empreitada estaria relacionada às qualificações profissionais de ponta do coletivo de trabalhadores. A formação da luta política viria, assim, a reboque das novas qualificações técnicas incorporadas pelo capital no processo de produção de mercadorias. Já nos anos 80 tal humanização é descartada frente à decepção com as formas tradicionais de luta socialista das organizações políticas oficiais e frente à idéia de que o capitalismo teria vencido o socialismo no que se refere às formas de organização da burocracia, da produção e da distribuição da renda. A linha teórica que o autor traçou durante os últimos quarenta anos preserva, assim, uma continuidade caracterizada pela lógica do determinismo das forças produtivas e de seu predomínio em relação à luta política dos trabalhadores frente ao avanço do capital. Sua análise, não obstante, sempre tentou dar conta das novas formas de dominação social caracterizadas pela produção de mercadorias. Diante disso, é possível relacionar a rica obra de Gorz como elemento representativo de crítica, crise e recuperação/atualização do marxismo no mundo.



AMORIM, Henrique. Reforma, Crise e Revolução em André Gorz. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.155-162.

***Palavras-chave:*** Reforma; Revolução; André Gorz.